

# **POPULAÇÕES LOCAIS E HIDRELÉTRICAS: O caso de duas localidades atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil**

## **LOCAL RESIDENTS AND HYDROELECTRIC DAMS: A case study of two areas struck by the *Belo Monte* dam in Brazilian state of *Pará***

**Ricardo Eduardo de Freitas Maia**

Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA).  
riedfreitas@yahoo.com.br.

**Gutemberg Armando Diniz Guerra**

Doutor em Socioeconomia (EHESS/Paris), Professor Associado da Universidade Federal do Pará.  
gguerra@ufpa.br

### **Resumo**

A percepção e a mobilização de famílias, das localidades do Ramal dos Penas e São Raimundo Nonato na Volta Grande do Xingu em relação à construção da hidrelétrica de Belo Monte foi o tema de estudo desta pesquisa. Foram feitas 15 entrevistas no período compreendido entre os meses de maio e julho de 2012. Do ponto de vista político a mobilização se deu em função do medo das mudanças de perder o espaço de moradia e de produção, das modificações nas relações sociais existentes na área, do controle da produção do alimento. Essa resistência era daqueles que foram forçados a sair. Os enfrentamentos ao projeto foram solapados fundamentalmente pela rapidez das transformações socioambientais em decorrência do início das obras. O caso apresentado fornece elementos para o debate sobre projetos e investimento que se realizam na Amazônia e que, embora violentos, pretendem-se apaziguadores dos conflitos, pregam a inexorabilidade das obras e a naturalização da expropriação das pessoas sob o pretexto do progresso e do bem comum sobrepondo-se a modos de vida e ampliando injustiças sociais.

**Palavras-chave:** Grandes Projetos. Conflito. Mobilização. Rio Xingu. Amazônia.

### **Abstract**

The families' perception and mobilization in the rural areas of *Ramal dos Penas* and *São Raimundo Nonato* in *Volta Grande do Xingu*, related to the construction of *Belo Monte* hydroelectric dam was the theme of this research. Fifteen rounds of interviews were conducted from May to July 2012. From the political point of view, mobilization took place due to the fear of housing and production changes, in addition to the already established social relations in the area, as well as the food production control. Such resistance emerged among the ones forced to leave. The clashes in the project became a reality especially because of the fast-growing social and environmental transformations due to beginning of the construction. The case presents elements for the debate about the projects and investment made in the Amazon of which, tough violent, intends to establish peace in the conflicts, pledging the inexorability of the constructions and the naturalization of people's expropriation under the justification of progress and welfare, threatening their life style, widening social injustices.

**Keywords:** Extensive Projects. Conflict. Mobilization. Xingu River. Amazon.

## **Introdução**

O processo de construção de hidrelétricas é contraditório. De acordo com Benincá (2011) os interessados na implementação desses projetos – agências financiadoras, governos e empresas construtoras - afirmam ser sinônimo de progresso. As hidrelétricas seriam necessárias porque assumiriam importante papel na geração de energia que sustentaria o crescimento do país, “argumento genérico e abstrato pautado em um suposto benefício público ou bem comum” (MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2010, p. 01). Para os que consideram que, de forma direta e indireta, há populações que serão afetadas, e para os próprios atingidos o sentido é de “lamento e dor” (MAGALHÃES, 2007, p.16) objetivados pela expropriação de suas terras, alteração dos seus modos de vida e produção, dispersão familiar, desemprego, desagregação social e impacto ambiental. Zhouri e Oliveira (2007) dizem que esses significados são produto de duas racionalidades:

[...] de um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro lado, o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007, p. 120).

As populações envolvidas em áreas de construção de barragens e outros projetos são tidas como empecilhos. Neste sentido, Zhouri e Oliveira (2007) ao analisarem as posições tomadas no Brasil com relação às políticas públicas concluem que os efeitos e transformações do processo de mundialização revelam-se, principalmente a partir da adoção de uma política conservadora de adequação econômica, onde o meio ambiente e a justiça social são tidos como “entraves ao desenvolvimento” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 120).

As mazelas do processo são várias, principalmente sobre as populações humanas. As pessoas não só são consideradas entraves, mas recebem o mínimo de informação sobre o empreendimento, apesar de serem previstas audiências públicas. No geral, sabe-se pouco sobre as formas de indenização, os locais onde serão realocados e quantas pessoas serão atingidas, o que pode ser exemplificado com os impasses nas realocações e indenizações dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí

(MAGALHÃES, 2007, p. 51-73) e que pode-se constatar na pesquisa de campo, em Belo Monte. Conforme Viana (2003) entre os problemas sobre o meio ambiente e a sociedade, levantados na literatura em contexto da construção de hidrelétrica, destacam-se:

[...] o deslocamento compulsório da população residente na área inundável pelo reservatório e conseqüentemente a perda de terras cultiváveis e de benfeitorias; pequenas e insuficientes indenizações pelas terras e benfeitorias perdidas; desestruturação das formas espaciais e sociais de organização da população; diminuição da quantidade e da variedade de espécies de peixes, tão importantes para a subsistência de grande parte das comunidades atingidas; salinização da água; sedimentação do leito dos rios; perda de fertilidade das áreas a jusante da barragem; aumento de doenças como malária, febre amarela, leishmaniose; entre outros (VIANA, 2003, p. 14).

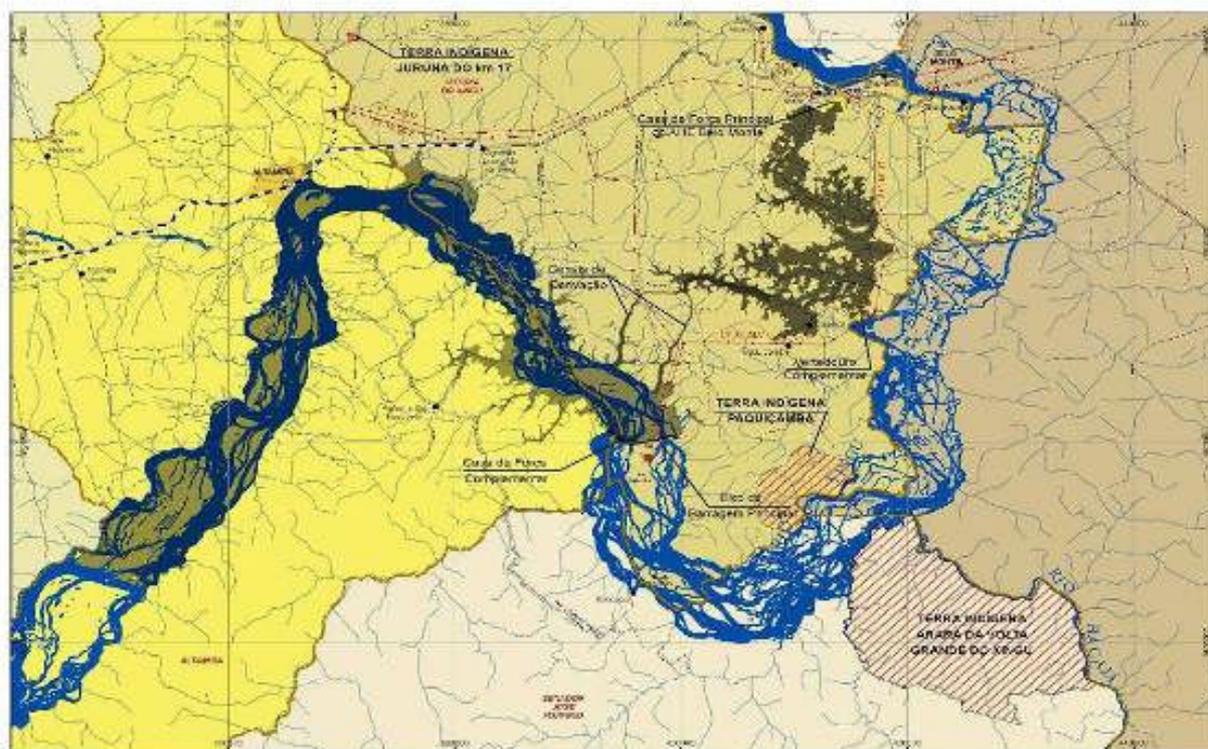
Neste texto são discutidos elementos do processo de resistência e expropriação de famílias das localidades São Raimundo Nonato e Ramal dos Penas, na Volta Grande do Xingu em Vitória do Xingu-PA, frente ao empreendimento de construção da Hidrelétrica de Belo Monte. A história de lutas, o sofrimento, a euforia, as decepções, são analisadas à luz dos elementos teóricos, sobretudo de categorias da sociologia dos movimentos sociais. Os procedimentos metodológicos consistiram em 15 entrevistas gravadas com os moradores mais antigos do local, bem como os que de alguma maneira participaram de mobilizações contra a construção da barragem e realizadas no período compreendido entre os meses de maio e julho de 2012. Foram feitas perguntas direcionando para que comentassem sua origem, como chegaram ao local, suas percepções sobre a construção da hidrelétrica, bem como suas reações e vivências desse processo de transformação do espaço. Parte da pesquisa consistiu na convivência e observação do cotidiano das famílias. As conversas entre os moradores foram úteis na coleta dos dados e instigantes quanto às entrevistas gravadas<sup>1</sup>. Foram feitas anotações do que foi visto e ouvido. Como complemento foram feitas análises de documentos, panfletos, abaixo-assinados, documentários conseguidos junto aos movimentos sociais e as próprias famílias, que corroboraram com a metodologia descrita anteriormente.

### **Breve caracterização da área de pesquisa**

A pesquisa foi realizada em duas localidades conhecidas como Ramal dos Penas e São Raimundo Nonato, ambas no município de Vitória do Xingu, estado do

Pará, Brasil (Figura 01). Essas áreas estão localizadas no trecho de 60 km da Rodovia Transamazônica, que corta a Volta Grande do Xingu, e liga a sede do Município de Altamira/PA à Vila de Belo Monte, mais precisamente no Travessão do km 45, conhecido como Cobra-Choca, e Travessão do km 27.

**Figura 01:** Disposição espacial das duas áreas de pesquisa na Volta Grande do Xingu



**Fonte:** EIA AHE Belo Monte, 2009, p.05, com adaptações do autor.

As duas localidades são formadas por famílias advindas de Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí dentre outros estados, que durante a década de 1980 e no período posterior fixaram-se na Volta Grande, através do processo de colonização espontânea, seja por meio da aquisição de áreas ou a ocupação de espaços além das fazendas. A característica da área é a presença de laços familiares entre os que compõem a vizinhança, uma vez que é comum a presença de irmãos e pais que residem próximos.

A população do local vive em residências feitas de madeira, alvenaria, barro e cobertas com telhas de amianto e barro. As famílias estão instaladas em terras de tamanhos variáveis que vão desde 15 até 400 ha. Isso é resultado da maneira gradual

como as pessoas foram chegando ao local, sendo que os últimos tinham áreas menores para serem ocupadas.

As principais atividades econômicas nas localidades estão ligadas a uma diversidade de ocupações agropecuárias. Neste sentido, trabalham com cultivos de milho (*Zea mays* L.), feijão (*Phaseolus* spp.), arroz (*Oryza sativa* L.), semi-perenes como a mandioca e a macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz), perenes como o limão (*Citrus Limon*), laranja (*Citrus sinensis* L.), goiaba (*Psidium guajava* L.). Dentre essas a cultura do cacau (*Theobroma cacao* L.) é a que apresenta maior frequência - todas as famílias que contribuíram neste estudo trabalham na lavoura cacauzeira. Há criação de pequenos, médios e grandes animais, onde se sobressai o gado bovino.

### **A imposição da construção de hidrelétricas na Amazônia: O caso dos barramentos no Xingu**

A implantação de barragens para geração de energia elétrica foi acelerada durante os governos militares<sup>2</sup>. Nesse período foram realizados estudos específicos para quantificar o potencial hidrelétrico brasileiro. Conforme mostram Santos e Nacke (1991, p. 46) estas pesquisas delimitaram no ano de 1984 um potencial de 213.400 MW<sup>3</sup>, com cerca de 16,6% explorados, e quase 50% deste localizado nas regiões Norte e Centro-Oeste. Dentre esse percentual inexplorado encontrava-se o da Bacia do Xingu, onde o levantamento, denominado de “Estudos de Inventário hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu”, indicava a possibilidade para a construção de cinco barragens no Xingu e uma no Rio Iriri (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p.14). Em outras palavras, este inventário consistia na utilização do desnível de 275 metros<sup>4</sup> no Rio Xingu, onde seriam implantados os barramentos de Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Kararaô, além do barramento no rio Iriri.

A magnitude do projeto e os consequentes impactos sociais e ambientais que iriam alagar cerca de 20 mil km<sup>2</sup> (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p.14), incluindo terras indígenas fez com que iniciasse o movimento de oposição ao Projeto, que teve como marco inicial o “*Encontro dos Povos Indígenas em Altamira*”, em fevereiro de 1989 que barrou por um tempo o projeto Kararaô (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 15). Dom Erwin Krautler, Bispo da Prelazia do Xingu, relembra este momento da seguinte maneira:

Algumas lideranças Kayapó vieram a Altamira e me convidaram para uma reunião. Comunicaram-me sem rodeios que estavam decididos de vir a Altamira para um grande encontro e marcaram a data. Dei-lhes a entender que um encontro deste porte exigia uma intensa preparação e o tempo para isso era muito pouco. Pedi, por isso, que adiassem o evento por alguns meses. Não havia jeito de convencer os líderes Kayapó. Sem meias palavras me disseram: “O encontro está marcado! Queremos que nos ceda a Bethânia! Só isso!” A Bethânia, o Centro de Formação da Prelazia do Xingu, oito quilômetros de Altamira, tornou-se de 20 a 25 de fevereiro de 1989 a aldeia principal dos Kayapó. O evento que reunia em torno de 600 índios, pintados para guerra, teve enorme repercussão em todo o Brasil e no exterior. A foto que retratou a cena em que a índia Tuíra esfregou um facão na cara de José Antônio Muniz Lopes, então diretor de engenharia da Eletronorte, percorreu o mundo, tornando-se símbolo e uma espécie de logotipo da hostilidade total dos índios em relação às projetadas barragens (KRAUTLER, 2005, p. 11, grifos do autor).

Esse primeiro brado popular de oposição ao projeto surtiu efeito e barrou-o durante 10 anos. Durante este tempo falava-se pouco sobre a obra, mas oficialmente a ELETRONORTE em 19, 90 protocolou o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte junto ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) para aprovação e outorga (ISA, 2011). De fato, o projeto foi ressuscitado, rebatizado e com modificações geográficas e técnicas relevantes no projeto: seria o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHBM), que englobaria a construção da 1ª usina na Volta Grande, com potência instalada de 11.182MW, ou seja, Kararaô passou a ser chamado de Belo Monte, e a barragem Babaquara de Usina ou Aproveitamento Altamira (SEVÁ FILHO, 2005).

A conjuntura do início dos anos 2000 estava modificada e a estratégia dos defensores da barragem estava apoiada no *lobby* de que a construção do empreendimento no Xingu era a “salvação do país”, no cenário de crise energética em que o Brasil se encontrava no início da década de 2000, devido à pouca precipitação nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 15). No ano de 2002, com o início do governo do presidente Lula, o discurso que visava o aumento da capacidade de produção de energia elétrica como forma de evitar futuros apagões foi reproduzido. Nesse mesmo ano é nomeada como Ministra das Minas e Energia a Sra. Dilma Rousseff<sup>5</sup>, atual presidenta da República (2010-2014). A ministra ao assumir o cargo participou no ano de 2004 da reformulação do modelo energético

brasileiro<sup>6</sup> no sentido de: “garantir a segurança no suprimento; promover a modicidade tarifária; e promover a inserção social, em particular pelos programas de universalização (como o Luz para Todos)” (ANEEL, 2008, p. 18).

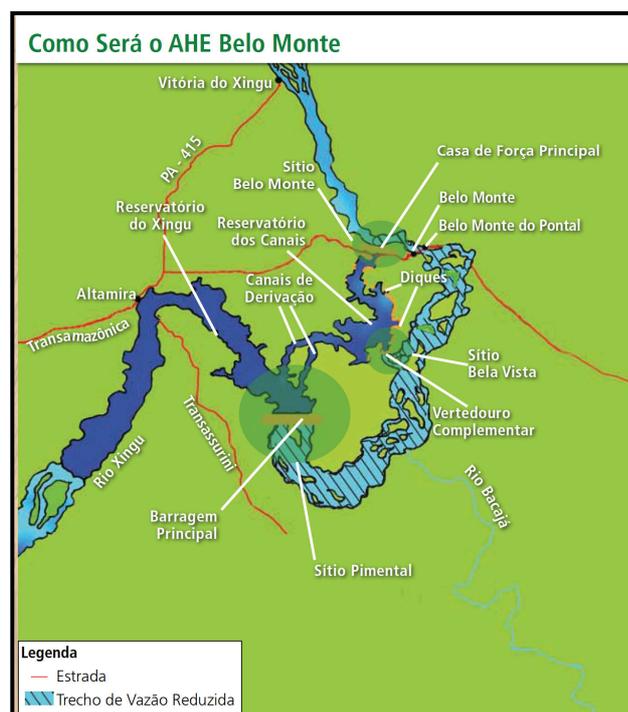
A construção da hidrelétrica de Belo Monte no Xingu, a partir de então, é tratada como prioridade nos investimentos do setor elétrico. O segundo projeto de construção de Belo Monte era tratado como emergencial. Para isso, no ano de 2000 foi contratada a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), da Universidade Federal do Pará, para a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para que a licença ambiental pudesse ser pleiteada na Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente (SEVÁ FILHO, 2005). No entanto, juridicamente essa ação tinha falhas. Primeiro porque não havia sido feita licitação para contratação da FADESP; segundo porque o processo de licenciamento deveria ser realizado na esfera federal e não estadual, conforme estava acontecendo e terceiro porque não foi feita a consulta aos povos indígenas previstas no artigo 231 da Constituição Federal (PONTES JÚNIOR; BELTRÃO, 2005). Esses problemas foram objeto da primeira Ação Civil Pública (ACP)<sup>7</sup> impetrada contra a construção da hidrelétrica, considerada procedente pelo Juiz Federal Rubens Rollo de Oliveira, que suspendeu o licenciamento (SEVÁ FILHO, 2005).

As inflexões no projeto da hidrelétrica, para não causar alagamentos nas terras indígenas projetaram um desvio nas águas do Xingu, fizeram com que fosse posicionado sobre a maioria das terras em São Raimundo Nonato e no Ramal dos Penas um canal que fica quilômetros de distancia do leito original do rio. A partir de 2005 após a aprovação da construção pelo Congresso Nacional da construção de Belo Monte a hidrelétrica passou a ter um potencial de energia instalada de 11.233 MW (ISA, 2015; ISA, 2012).

Em 2013 o projeto em execução, chamado de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, prevê a construção de um barramento principal no Sítio Pimental, cerca de 40 km da cidade de Altamira. Neste local a potência instalada será de 233,1 MW. A partir desse primeiro barramento seriam formados o reservatório da calha do Xingu e o Reservatório de Canais (FEARNSIDE, 2009). A água seria desviada do leito principal, por meio de dois canais de derivação<sup>8</sup>, para a formação do Reservatório de Canais, que fica a 50 km do Município de Altamira. A partir deste reservatório seria construída, no

sítio Belo Monte, a Casa de Força Principal com 11.000 MW de potência instalada<sup>9</sup>. (RIMA, 2009). A configuração espacial do projeto pode ser visto na figura 2. Com estas características estão em andamento a construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, ao mesmo tempo em que a população está sendo remanejada e se redefinindo a relação de novos atores com o espaço nesta região.

**Figura 2 - Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte**



Fonte: RIMA, 2009, p.21.

### “Eu ouvi falar”: Kararaô e o evento de 1989 a partir da perspectiva das famílias

Os agricultores tomaram conhecimento das investidas para construir as barragens no Xingu desde a década de 1980 por ouvir dizer por terceiros, sem nenhuma comunicação oficial precisa, por escrito nem em um processo de debates públicos que esclarecessem as profundas transformações que poderiam ser operadas na região. No geral, as informações não eram claras de onde e como ia ser o projeto, conforme pode-se deduzir dos depoimentos a seguir.

*Rapaz, nós estava ainda em Vitória [do Xingu] quando ouvi falar nisso. Se eu não me engano foi em 84 ou 85 foi quando surgiu que iam trabalhar com essas coisas aí (CLÓVIS, 2012, tem 44 anos, nasceu no estado do Piauí, mora em São Raimundo Nonato há 9 anos).*

Este e outro depoimento confirmam que havia uma proposta governamental de intervenção de porte na área, porém sem controle do território a ser impactado, de forma que a dinâmica populacional comum à fronteira, com instalação de atividades produtivas ocorreu durante quase trinta anos.

*Rapaz, desde o ano que eu vim pra cá [1988] o pessoal já falava né. Rapaz você vai pra uma região onde vai ser construída barragem. Aí eu dizia, bom rapaz, até construírem a barragem dá pra construir alguma coisa, né? Aí eu vim trabalhando, trabalhando e fui conseguindo as coisinhas, né. Trabalhava de empregado pros outros, vim pra cá pro lote e hoje já trabalho pra mim próprio. E nessa época já se falava em barragem, já tinha algumas empresas que faziam sondagem. Tinha uma empresa com nome de, parece que era CNEC, ai fazia a sondagem e naquela época ai na CNEC [Travessão do km 55] era um movimento doido. Inclusive no ano que eu vim foi o ano que ela mudou, acabou a obra deles, ai ficou aquele negócio acabou, (não) acabou. Aí, naquele tempo, eles falavam que ia construir a barragem ali no Kararaô que é ali no Wilson que é a Bela Vista, que era pra construir ali e ai foi mudando tudinho (GREGÓRIO, 2012, tem 48 anos, mora em São Raimundo Nonato há 26 anos).*

O contato com os técnicos e, sobretudo, a atuação da Igreja Católica eram os canais de comunicação através dos quais as informações passaram a ser socializadas. As lideranças locais que estavam ligadas à igreja foram as que tomaram a frente nesse processo. Nas reuniões promovidas pela Igreja Católica eram tratadas temáticas relativas à organização e mobilização política e, dessa forma ficaram sabendo do encontro de 1989:

*Nós saia daqui pra reunião no 32 por exemplo, que é o Centro Pastoral Nossa Senhora do Guadalupe. Lá a gente ia saber do dia que ia ser feita essa mobilização, essa manifestação (VICENTE, 2012, tem 57 anos, mora em São Raimundo Nonato há 32 anos).*

De fato, foi a partir dos encontros promovidos pela igreja que os agricultores iniciaram o processo de participação política que culminou na formação de um movimento que representasse as categorias do campo. Em 1988, foi criado o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), organização que se propunha à construção de projeto político de salvamento, marcado por estratégias de mobilização com vistas a sobreviver na região, que a esta altura estava submersa, além dos problemas de acesso, carência de escolas, falta de serviços médicos e transportes, numa crise econômica acentuada (HÉBETTE, 2002, p. 223-224). Após a configuração

do MPST, ou, mais precisamente, em 1989 é que ocorre o primeiro ato em contraposição à construção da hidrelétrica de Belo Monte, que na época chamava-se Kararaô. Foi justamente essa situação que favorece para que esse movimento que representa os camponeses, juntamente, com os indígenas e outros atores tivessem a oportunidade de participar dessa grande mobilização. Para Henchen:

A partir daí, as organizações camponesas, federadas naquele momento em torno do MPST, em função de um conjunto de estratégias no interior das quais se destaca a necessidade de assegurar maior representatividade e legitimidade às demandas camponesas, e após ampliar o arco de suas relações, incorporando as demandas histórias das populações indígenas e ribeirinhas, toma uma posição contrária à construção da barragem (2012, p. 240).

Esse encontro é lembrado como o início da resistência encabeçada pelos povos indígenas, Igreja Católica e movimentos sociais da região (SEVÁ FILHO, 2005; MELO, 2005; KRAUTLER, 2005). Mesmo com a possibilidade de contraposição ao projeto e apoio declarado aos indígenas na empreitada contra a barragem, segundo Souza a participação dos agricultores foi de forma tímida no “evento que tratava da questão ambiental no Xingu. O interesse maior estava em resolver os dramáticos problemas de falta de investimentos públicos para a população da região” (SOUZA, 2006, p. 85). Isso não quer dizer que o ocorrido não teve relevância, nos relatos das famílias. O enfrentamento por parte dos indígenas, materializado na atitude da índia Kayapó Tuíra, e a consequente paralisação do projeto, simbolizaram coragem e poder. Estas qualidades são apreciadas pelos agricultores, e em período posterior, como veremos mais a frente, fará com que haja muita expectativa na formação de aliança com os indígenas para lutar contra o projeto. Para os agricultores das localidades estudadas o ano de 1989 “foi quando a índia quis cortar o pescoço do homem” (GREGÓRIO, 2012). Foi o ano em que o projeto foi paralisado. Com isso a resistência embrionária no local foi se dissipando, principalmente pela relativa incerteza por parte dos agricultores de que o projeto retornaria. O relato de um morador representa o sentimento que havia depois da paralisação:

*[...] aí eles foram embora um tempo. Passaram uns cinco anos eles voltaram de novo, aí moraram lá mais uns tempos, aí foram embora. Aí quando vieram, aí a gente sempre ouviu falar, mas a gente não acreditava que ela ia sair assim, rápido, e ninguém pensava também*

---

*que era isso que ia acontecer aqui (CLAUDIO, 2012, tem 34 anos, mora em São Raimundo Nonato desde os 19 anos).*

Para entendermos esse processo social é preciso pontuar que a representação dos agricultores, nessa época, era feita por lideranças do MPST. Em síntese, para os agricultores da Volta Grande, mesmo com as investidas governamentais com interesse de construir barragem, interessava continuar a vida no local, prioritariamente representado pela fixação de moradia e no trabalho na terra, para garantir sua reprodução social. A retomada do projeto nos anos 2000, com o lançamento do programa “Avança Brasil” faz com que o antigo MPST, transformado em MDTX, protagonize ações importantes, conforme lembra Souza:

O movimento social que no final dos anos 80 participou como um mero coadjuvante no enfrentamento pela não construção da hidrelétrica, assume agora a liderança dessa interlocução junto a uma significativa parcela da sociedade e reivindica do governo o direito de participar das decisões sobre o assunto baseado na sua representatividade e nos resultados de suas ações (2006, p. 97).

De acordo com Henchen (2012) foi no período entre o final da década de 1990 e início da década de 2000, que o componente estratégico do enfrentamento político apresentava-se como característica marcante do processo de resistência à construção da barragem, de um lado os movimentos sociais e do outro o governo de Fernando Henrique Cardoso. Neste sentido, a barragem era vista como “um monstro destruidor, um projeto neo-liberal, uma obra para agradar aos empreiteiros, barrageiros, ao grande capital internacional” (ZAMBELLO, 2009, p. 111).

Na resistência às barragens projetadas no Xingu, desde 1989, formou-se uma rede de cooperação que engloba atores coletivos locais, nacionais e internacionais. Não há rigidez nessa estrutura. Ela é dinâmica e sua composição depende da conjuntura, sobretudo, no que se refere ao cenário político. Dentre outros, essa rede, de acordo com Souza (2006, p. 96), tinha a vanguarda o MDTX e apoio de várias organizações ambientalistas, de funcionários públicos, de pesquisadores e o Ministério Público Federal, sobretudo do procurador Felício Pontes.

Concomitantemente ao fortalecimento do debate sobre a implementação de barramentos no Xingu por parte do movimento social, os interessados na construção da hidrelétrica foram alterando a estratégia de ação através do lobby do progresso e nas

investidas sobre as organizações da sociedade civil, sobretudo por meio de reuniões com lideranças e investidas na sensibilização dos jovens através do patrocínio de festas e excursões para a UHE Tucuruí (KRAUTLER, 2005).

Os desdobramentos políticos fizeram com que as famílias que seriam atingidos saiam da posição de expectadores e passem a implementar ações significativas em relação à resistência à construção da hidrelétrica de Belo Monte.

### **Mudanças conjunturais: a busca por informações e participação embrionária das famílias na resistência à barragem**

A subida ao poder do presidente Lula no ano de 2002 gerou expectativas por parte dos movimentos sociais de que o projeto fosse definitivamente parado. “Todos que acompanhavam o caso tinham a sensação de que uma vitória do candidato Lula poderia sepultar o projeto Belo Monte” (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 25). Isso não aconteceu. Conforme Souza (2006) houve mudança no teor do discurso do governo, onde era destacado que haveria participação da sociedade, inclusive com a mudança de postura dos representantes da Eletronorte que cada vez mais buscavam aproximação ao movimento social, através das lideranças regionais.

As lideranças que defendiam posição moderada com relação ao projeto, que agora era bandeirado pelo governo, mudaram de posicionamento e com isso boa parte da base da resistência, representada por organizações sociais da Transamazônica atreladas ao Partido dos Trabalhadores (PT), não mais se levantava contra o projeto. Henchen (2012) destaca que deixa de existir o enfrentamento político entre o movimento social e o governo federal. Porém, havia aquelas engajadas na luta que não seguiram esse mesmo posicionamento.

O estopim para a cisão do movimento social foi de fato aceso quando outra entidade passa a ser gestada: O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), que é fruto, sobretudo, do II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 2008 (ISA, 2011). Como consequência maior desse processo o MDTX, sob a figura da FVPP, deixou de atuar na função de resistir à construção à barragem, ficando essa tarefa a cargo do MXVPS, conforme liderança disse em entrevista: “fizemos uma luta muito bonita juntos, mas agora não” (MARIA, 2012, liderança do MXVPS), ao se referir ao MDTX. De acordo com Henchen (2012), o fato é que há por parte dos mediadores camponeses,

ao optarem pelo projeto federal, expectativa de garantir a efetivação de suas demandas históricas, como o asfaltamento da Transamazônica, melhorias das condições de educação e saúde, apoio ao projeto das Casas Familiares Rurais etc.

A adesão ao projeto pressupunha, porém, o afastamento das demandas dos principais atingidos pela construção. Com isso, essa parcela de atores sociais acaba por perder a principal via de encaminhamento de reivindicações (HENCHEN, 2012), principalmente, como veremos mais adiante, no que se refere ao processo de expropriação e indenização. Diante disso, a estratégia do MXVPS e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que passa a atuar mais ativamente junto a essas populações, foi investir primeiramente na informação das famílias e na organização dos possíveis atingidos pelo AHE Belo Monte, sobretudo na área da Volta Grande do Xingu. Foram feitas reuniões em que foram esclarecidas lacunas em relação ao projeto, com participação de pesquisadores, atingidos por barragens, dentre outros. Para liderança do MXVPS, as motivações da atuação junto a essas comunidades foram atuar junto às comunidades onde a representação política estava fragilizada:

*[...] os locais são abandonados por políticas públicas; o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) nunca fez reunião com as famílias, apesar delas serem filiadas; e a abordagem da empresa visar a desarticulação” (MARIA, 2012).*

Um entrevistado retrata sua experiência em uma dessas reuniões:

*Cheguei lá, tinha o movimento social, coisas que eu nem sabia que existia assim, que ninguém nunca tinha me falado que tinha esse povo forte, assim, lutador. Aí eu prestei bem atenção à reunião, as palestras e eles estavam bem informados. Tinha engenheiro, tinha vários professores especialistas em caso de barragem. Era aquelas palavras forte né, que a Antonia Melo que sempre falava assim com a cabeça alta. Aí tinha certos momentos, teve um momento que me marcou muito, quem, uma advogada fazendeira grande aqui da região [...] falou: eu sou contra Belo Monte, mas nós somos um grão de areia em vista, de um grande projeto em vista do Governo Federal. Aí fiquei prestando atenção, aí a Toinha, Antonia Martins, né, respondeu pra ela: Nós somos as mulheres sem medo, nós não temos medo de lutar. Esse projeto já foi barrado uma vez, que era antigamente Kararaô, ele foi barrado. E tem tudo pra ele ser barrado, abasta o povo se mobilizar. Aí aquelas palavras entrou na minha mente, assim né, de uma forma que eu jamais esqueci (SEVERINO, 2011, natural do Tocantins, há 16 anos reside no Ramal dos Penas).*

Nesse relato é bem expressivo que a ação de atores, MXVPS e MAB, instigaram aos agricultores a lutarem por seus direitos. Esse momento é de fundamental importância, porque em virtude da realização dos estudos bem como as reuniões promovidas pela ELETRONORTE e empresas de consultoria, as famílias eram envolvidas numa celeuma de informações imprecisas e nebulosas, principalmente no que se refere aos possíveis atingidos. A discussão com os agricultores faz parte do processo para reforçar a visão crítica em relação ao empreendimento. No mínimo almejava-se trazer informações com relação ao projeto, uma vez que, para os interessados em construir a obra pouco interessava o debate. O processo coletivo de discussão, sensibilização, reconhecimento dos problemas, na literatura é conhecido como a construção de Quadros Interpretativos de Ação Coletiva.

A transformação de questões sociais em quadros interpretativos da ação coletiva não ocorre por si própria. É um processo em que os atores sociais, a mídia e os membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem a situação conjuntamente (KLANDERMANS, 1997, p. 44 apud TARROW, 2009, p. 143).

Neste caso em estudo, a construção de quadros interpretativos passava pelo esclarecimento com relação à obra projetada, ou seja, outra visão dos grandes projetos para além da propaganda do progresso, que mostra as consequências de projetos anteriores, sobretudo do ponto de vista social, com participação de pesquisadores para esclarecer as dúvidas e diálogo com atingidos de outros projetos hidrelétricos, principalmente os que foram compulsoriamente deslocados da Hidrelétrica de Tucuruí. Estes últimos tinham experiência em relação aos problemas ocasionados pela construção de hidrelétrica, bem como utilizavam encontros para demonstrar a real situação de ser deslocado compulsoriamente por obras de grande magnitude. Magalhães (2007, p.175) diz que os eventos realizados por camponeses deslocados compulsoriamente pela barragem de Tucuruí “podem ser denominados ‘fóruns de lamento’, porque são, concomitantemente, lugar da reivindicação política e espaços de encontro com a própria história e, por consequência, espaços de recordação e enunciação de todas as perdas”.

Os deslocados compulsoriamente por outras hidrelétricas com suas narrativas de perdas em decorrência do projeto contribuíram para que os agricultores tivessem

referência para contrapor o discurso oficial. Pode-se dizer que as reuniões ocorridas com as famílias são espaços de sensibilização política através da informação. As famílias estavam ávidas para obterem informação a cerca do processo do qual não escolheram, mas que eram forçados a fazer parte. Conforme pode-se deduzir dos depoimentos que tratam deste tema:

*Eles alertavam a gente, pra que a gente tomasse um pouco de cuidado porque o governo queria construir isso aí e se o povo bestasse mesmo ia tirar na marra como fizeram em Tucuruí (LINO, 2012).*

Nesse mesmo viés outro agricultor continua

*Teve um agricultor que perguntou: poxa como nós podemos ajudar para que seja barrado este projeto? Uma pesquisadora respondeu: vocês podem ajudar até num abaixo assinado declarando não para o empreendimento, se acaso vocês forem contra (SEVERINO, 2011).*

Esse período é de vital importância porque um conjunto de fatores já elencados, quais sejam: o processo histórico de resistência à barragem, as dúvidas em relação ao projeto, os alertas feitos nas reuniões e a magnitude do projeto fizeram com que sinalizassem sua entrada na luta contra o empreendimento. Neste sentido, Tarrow (2009) diz que são as oportunidades e restrições, entendidas as primeiras como “dimensões consistentes [...] da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político”, e as segundas como “fatores que desencorajam o confronto” (TARROW, 2009, p. 38-39), que modificam a condição de inquietação, ou seja, a percepção<sup>10</sup> que algo está se posicionando de encontro aos próprios interesses, em ação. Conforme afirma Pádua (2013, p.85) “o contexto histórico e o grupo cultural em que vivemos também influem tanto nossa percepção individual, quanto em um tipo de percepção coletiva”. No caso das famílias reflete às diversas formas como vão, individual e coletivamente, apreendendo e construindo a experiência<sup>11</sup>, em relação às incertezas decorrentes dos possíveis problemas em decorrência da barragem.

O confronto político surge quando cidadãos comuns, encorajados algumas vezes por contraelites ou líderes, reagem a oportunidades que diminuem os custos da ação coletiva, revelam aliados potenciais, mostram os pontos vulneráveis das elites e autoridades e conduzem redes sociais e identidades coletivas à ação em torno de temas comuns (TARROW, 2009, p. 39).

A prática da mobilização requer aprendizado. No caso em estudo, esta passou a ser adquirida nas reuniões e cursos. Neste sentido, a primeira manifestação dos agricultores da Volta Grande do Xingu foi fazer um abaixo assinado, em que foram coletados assinaturas e depoimentos de agricultores das vicinais Km 45 – chamada de Cobra-Choca, Km 27, Vila Rica e dos ribeirinhos. “Me animei porque todos os agricultores, na época, estavam contra o projeto” (SEVERINO, 2012).

No final da década de 2000, para os agricultores a referência a problemas ainda não sentidos como os impactos ambientais, aumento de mosquitos, doenças, violência, o medo de não serem indenizados são elementos utilizados para justificar seus posicionamentos para que não seja construída a barragem. Por outro lado, deve ser chamada a atenção para o fato de que esses mesmos agricultores contrapõem as possíveis consequências os fatores que qualificam positivamente o local onde moram enumerando-os detalhadamente, a saber: a terra fértil, cacau, pastagem, acesso à água de qualidade. Eles evocam que estar ali tem um significado muito amplo.

Estar na terra, enquanto espaço de produção, de moradia, de onde se retira o alimento, local para criar os filhos e netos, de sociabilidade, enfim, valores além do monetário, é a garantia da felicidade. Os depoimentos funcionaram como afirmação por um lado, e, por outro como veículo de questionamentos: por que precisamos sair? Quais garantias que teremos em outro lugar? Retomando a linha de pensamento anterior, o Quadro Interpretativo foi se conformando em torno de diversos parâmetros, como a possibilidade de perder o controle da produção do próprio alimento, os laços sociais construídos, a história de vida no local. Enfim, são elencadas razões positivas de se viver no lugar em contraponto ao medo da mudança produto da instalação da barragem. É salutar dizer que no discurso passam a ser inseridos elementos de defesa do meio ambiente, pois alertam sobre os possíveis impactos ambientais ocasionados pela implementação do projeto.

Tarrow (2011) está correto ao dizer que se engajam nos confrontos os que têm mais a perder, os que estão sob forte ameaça, tanto é que os repertórios de ação coletiva passam a se diversificar. Engajamento que acontece a partir da politização de identidades que fazem referência ao local de origem. Eles não são somente agricultores, mas sim agricultores da Volta Grande do Xingu, Cobra-Choca, Km 27, Ramal dos Penas, Vila Rica que estão posicionados no jogo em posição desprivilegiada, pois têm

muito a perder. É nesse momento que inicia o processo de formação da identidade de resistência, que conforme Castells é:

Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (CASTELLS, 2002, p. 24).

Tarrow (2009) vê a luta como o momento propício para formação de identidades, pois neste momento as diferenças são escondidas e as demandas são centradas em torno do reconhecimento de valores comuns. De acordo com este autor “o que traduz o potencial de ação de um movimento é o reconhecimento coletivo dos seus participantes de seus interesses comuns” (TARROW, 2009, p. 22).

A identidade de resistência é encontrada no princípio do movimento dos atingidos por barragens, pois é constituída para a defesa de atores – considerados pelo poder dominante como custo (BENINCÁ, 2011). Ou melhor, a consciência de que essas obras causam impactos negativos sobre suas vidas leva à formação da identidade coletiva (SCHERER-WARREN, 1996). Nesse sentido, Benincá ao estudar o MAB ressalta que “a identidade de uma organização social perpassa necessariamente pelas pessoas que a integram, os objetivos que buscam, as ideias que defendem, as estratégias que utilizam, os símbolos que adotam, a linguagem que empregam” (BENINCÁ, 2011, p. 94).

Esses elementos subsidiaram a manifestação de repertórios, traduzidos em sua essência nas mobilizações executadas: bloqueios na Rodovia Transamazônica, ocupação no canteiro de obras, protestos no rio, abaixo assinados. Na análise social dos confrontos políticos os repertórios são entendidos como “maneiras como as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (TILLY, 1995b apud TARROW, 2009, p. 51). Continua a análise dizendo que os repertórios são representações dos acontecimentos onde há um processo de escolha, compartilhamento e execuções de rotinas pelos atores sociais (TARROW, 2009). Nesse sentido, parte das manifestações elencadas a seguir trata de respostas ao avanço do processo de implantação da obra.

Os três bloqueios na rodovia BR-230 (Transamazônica) são as mobilizações de maior repercussão de que agricultores e outros atores fizeram parte. O primeiro ocorreu em 21 de abril de 2010, após a realização do leilão para a construção da barragem.

Agricultores mobilizados e entidades da região impediram o tráfego, no km 45, local conhecido como descida dos Ciganos, da rodovia Transamazônica durante aproximadamente 10 horas. A matéria do jornalista João Domingos, publicada no Jornal do Estado de São Paulo, descreve em parte o caráter do ato:

*O bloqueio da Transamazônica começou por volta das 8h30. E foi parcial, porque todos os motoristas que alegavam estar com alguma pessoa doente recebiam permissão para passar. E quando passava um, outros seguiam atrás, sem ser incomodados. Logo a fila acabava. Só por volta do meio-dia, com reforço enviado pela Prelazia do Xingu, comandada por dom Erwin Krautler - radicalmente contrário a Belo Monte -, os manifestantes conseguiram evitar a passagem dos veículos. Mas levaram seu protesto somente até o fim da tarde (DOMINGOS, 2010).*

No mesmo ano, houve outro bloqueio no dia 21 de junho, um dia antes da visita do presidente Lula. Desta feita, participaram agricultores e indígenas que pretendiam chamar atenção para que se lembrasse das promessas por ele proferidas em reunião na capital federal, e que não foram cumpridas.

A terceira mobilização ocorreu após o seminário “Territórios, ambiente e desenvolvimento na Amazônia: a luta contra os grandes projetos hidrelétricos na bacia do Xingu” ocorrido em Altamira nos dias 25 e 26 de outubro de 2011. Foi decidido em Assembleia o ato de bloqueio da Transamazônica e ocupação do canteiro de obras por aproximadamente 300 participantes, dentre agricultores, indígenas, estudantes e representantes de outras entidades sociais no dia 27 de outubro de 2011. Na oportunidade foi apresentada a Declaração da Aliança do Xingu contra Belo Monte. Na declaração a demanda da mobilização era assim expressa: “exigimos que o governo envie para cá um representante com mandato para assinar um termo de paralisação e desistência definitiva da construção de Belo Monte” (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2011a).

A ocupação durou aproximadamente 10 horas e foi interrompida quando advogados da Norte Energia e oficial de justiça apresentaram documento equivalente à reintegração de posse do canteiro de obras, salvaguardados por policiais militares e força nacional. De acordo com o Movimento Xingu Vivo a intenção era de criminalizar as lideranças, porque mesmo o documento não se referindo a pessoas específicas, os advogados da empresa queriam que as lideranças se apresentassem para se tornar responsáveis por qualquer dano ao patrimônio, respondessem processo e pagassem

multa de R\$ 500,00/dia/pessoa que permanecesse no canteiro (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2011b). A intimidação surtiu efeito e foi decidido encerrar a mobilização por volta de 19 horas.

A expressão dos repertórios requer a coordenação de atos. Os fechamentos das rodovias, por exemplo, só foram possíveis a partir do momento em que havia recursos (transporte, alimentação, combustível, faixas) disponíveis para isso. Foram feitas reuniões preparativas antes da realização dos eventos, onde eram discutidos o local, os objetivos da mobilização, distribuídas tarefas entre os membros do grupo, enfim, tudo era preparado. As pessoas utilizaram os recursos disponíveis na própria localidade, principalmente itens da alimentação que eram conseguidos junto aos membros do grupo e compartilhados na hora do evento.

A respeito das mobilizações as famílias citam que tinham dificuldades, pois tratava-se de algo até então inédito em suas vidas. Papel fundamental assumem o MAB e MXVPS que atuam na instrução da melhor maneira de proceder nestes momentos.

*Os coordenadores têm prática assim no caso de uma mobilização, como fazer a mobilização, explica pra nós o momento, o coordenador no dia que ele foi ajudar nós no dia do fechamento da Transamazônica [...] nas horas principal que chegava polícia, eles pedia pra nós não se intimidar que nós tinha direito, eles já tem prática, né? (SEVERINO, 2011).*

A resistência, portanto, é um aprendizado. Não podia ser diferente, uma vez que, os agricultores vivem num campo em que o *habitus*, no sentido dado por Bourdieu (1989), é diferente do que se requer na luta. Atos como falar em público, organizar ações de mobilização, sensibilizar pessoas, negociar, requerem uma preparação. Neste caso as pessoas que participam do MAB e MXVPS atuaram na formação de lideranças dentro das localidades. “O pessoal do MAB fez curso de direitos humanos” (SEVERINO, 2012). Entretanto, a disposição para deixar o trabalho na terra para participar de cursos, de eventos, de mobilizações é uma tarefa que nem todos se dispõem a fazer.

Outra característica marcante desse processo de resistência é a busca de alianças, sobretudo com os povos indígenas. A ação dos Povos Indígenas no ano de 1989 fez com que os agricultores acreditassem que por serem índios havia grande possibilidade de que o projeto fosse barrado novamente. São muitas as menções aos índios durante os depoimentos. Expressões como: “Os índio[s] tem poder. Se eles

quisesse[m] eles barrava[m] Belo Monte” (ROSA, 2012, natural do Paraná, 16 anos no Ramal dos Penas). “Eles falavam que tinha[m] seiscentos guerreiros prontos para guerra” (SEVERINO, 2012). Neste sentido, havia a expectativa pela ação dos indígenas, na qual os agricultores se juntariam para reforçar a luta e poriam fim ao imbróglio causado pelo projeto da barragem.

Além da busca por alianças, estrategicamente formou-se ator coletivo para a representação do grupo. Foi fundada a Associação dos Agricultores da Volta Grande do Xingu (AGRIVOX), em 16 de maio de 2011. O seu quadro de sócios era composto por 60 associados, sendo a sua maioria da Localidade São Raimundo Nonato. Para membro da organização,

*A primeira ideia de criar quem deu foi o Juarez, um agricultor daqui. Aí nós demos a continuidade do trabalho, fizemos umas reunião e aí o pessoal escolheu a diretoria. Foi depois que nós criamos essa associação de um ano pra cá. Aí a gente decidiu reivindicar os direitos da gente (LINO, 2012).*

Outro entrevistado complementa que a criação da associação foi iniciativa de lideranças que vinham participando de manifestações e luta contra o projeto. Segundo ele: “eram as lideranças principais, pessoas assim, de coragem de dizer não ao projeto e, se o projeto continuasse, lutar pelos direitos do agricultor” (SEVERINO, 2011). Diante disso, dois eram os objetivos da associação: o primeiro se referia à luta propriamente dita, ou seja, agregar as pessoas para se manifestarem contra a construção da hidrelétrica. O segundo era reivindicar para que fossem garantidos os direitos dos atingidos pela construção da Hidrelétrica.

### **A fase da expropriação: desmobilização e desestruturação social**

Um processo autoritário. Essa é a maneira como o projeto de Belo Monte concretiza-se perante as localidades estudadas. Olhado de perto fica evidente que as reivindicações dos agricultores foram ignoradas. Reescrito de outra forma, a expropriação ocorre de maneira silenciosa e a desestruturação social paralelamente a esse processo. Com negociação partindo para o viés individual, as organizações, no caso em estudo a AGRIVOX e o MXVPS perdem ao mesmo tempo a base e o poder de representação, uma vez que as famílias tratam diretamente com a empresa.

Esse tipo de negociação assemelha-se com a resolução negociada (ACSELRAD; BEZERRA, 2007). Esses autores entendem-na como um processo de:

Despolitização dos litígios através de táticas de negociação direta capazes de prover, segundo sua terminologia, “ganhos mútuos”. Tratar-se-ia, portanto, de psicologizar o dissenso, prevenindo conflitos e tecnicando seu tratamento através de regras e manuais destinados a transformar os “pontos quentes” em “comunidades de aprendizado” (ACSELRAD; BEZERRA, 2007, p. 2-3, grifos do autor).

Um detalhe característico da resolução negociada, de acordo com Acselrad e Bezerra (2007), é que o fechamento do acordo evita que a questão seja tramitada pela via judicial. No caso de Belo Monte, os acordos são extra judice, mas há exceções. Quando as partes não concordam quanto ao valor da indenização, a empresa recorre ao princípio da utilidade pública. O fato passa a ser processado na justiça, o dinheiro é depositado em conta judicial e as famílias são forçadas a desocupar a área. Nestes casos, a desmobilização no local faz a diferença. Nas localidades onde o tecido social está despedaçado, as famílias são entregues à própria sorte enquanto o processo se arrasta nas Comarcas. Diante disso, é na violência psicológica manifestada pelo medo de saírem sem qualquer compensação que os acordos são instaurados.

A retirada dos agricultores teve início com a instalação do canteiro de obras, seguido pela abertura de estradas até que se chegue às escavações e outros serviços de engenharia. Essas foram maneiras mais comuns pelas quais iniciaram as desapropriações. No início dos meses de fevereiro e março de 2011, após a concessão da licença de instalação dos canteiros de obras, foi iniciado o processo de negociação das terras localizadas nas proximidades da Vila Santo Antônio, a cerca de 50 km da sede do Município de Altamira. Para os agricultores que fizeram resistência ao projeto o início da obra e a indenização das terras para os canteiros de obras foi o passo inicial e decisivo para a desmobilização. “As indenizações do canteiro de obras saíram rápido e os valores foram altos” (SEVERINO, 2012). Ou seja, a base de sustentação da resistência dos agricultores passou a ter dúvidas em relação à causa, uma vez que a referência que tinham era de que poderiam sair a qualquer custo da terra, fato que não se concretizou no primeiro momento em que as indenizações foram céleres e as licenças eram concedidas a todo custo, mesmo com as mobilizações. A partir desse momento, o que era dúvida passa a ser o começo de expectativa positiva. Conforme relata um

morador “Depois que saiu as primeiras indenização do canteiro de obra, lá no Santo Antônio, todo mundo só falava em milhão” (JOSÉ, 2012, mora há 16 anos no Ramal dos Penas).

No levantamento a expectativa positiva é relatada no caso da Hidrelétrica de Tucuruí por Magalhães (2007):

O tempo do levantamento é descrito, observando que, como se trata de um período longo, ele começa com uma expectativa positiva que vai se desconstruindo, em sintonia com as inflexões dos procedimentos operacionais da empresa (MAGALHÃES, 2007, p. 203).

O cadastro nas propriedades em São Raimundo Nonato e no Ramal dos Penas, isto é, o tempo do levantamento iniciou logo posteriormente à desapropriação das terras para a instalação do canteiro de obras. Durante esse processo os agricultores que participavam da AGRIVOX solicitaram que a Norte Energia comparecesse para esclarecimentos referentes à tabela de preços que a empresa lhes impunha. Era o espaço para relatar a parte onde achavam que estavam sendo lesados. A principal reclamação se referiu à não participação dos agricultores na elaboração da tabela de preços, de tal forma que as discussões giraram em torno da classificação que constava na tabela com relação ao cacau tradicional R\$12,31/pé e incentivado R\$ 96,00/pé, os plantios de essências florestais dentro do cacau não estavam sendo pagos, pastagem de R\$1200,00/ha, as plantas cítricas com valor muito baixo, dentre outras reivindicações. Um agricultor relembra sua reivindicação na reunião:

*Eu declarei que tá muito errado, porque nós agricultores da Volta Grande do Xingu não plantamos cacau por tradição [...] O que tá acontecendo é que a Norte Energia tá fazendo cadastro, chegando na propriedade onde tinha cacau, plantio de cacau que eu mesmo conheço com banana, plantio de mogno dentro, zelado na enxada e colocando tradicional, inclusive tem uns vizinhos meus que fizeram dessa forma (SEVERINO, 2011).*

Ele complementa falando do preço pago na área de pastagem: “Muito barato, porque agricultor que tem só o pasto não consegue comprar outra fazenda na mesma distância” (SEVERINO, 2011). Com poucas exceções, as adequações à tabela de preços propostas pelos agricultores foram malfadadas, segundo um deles:

---

*Pro cacau não era uma coisa boa porque o cacau é bem dizer pra quase toda vida e aí não foi tão bom o preço, tinha as matas também que era pra eles pagarem e não chegaram a um acordo de jeito nenhum. Aí ficou por isso mesmo! (ELIZEU, 2012).*

O cadastro continuou e as primeiras indenizações ocorreram. No caso de São Raimundo Nonato dentre as primeiras famílias que saíram encontrava-se a liderança que presidia a AGRIVOX. O presidente ter saído antes das outras pessoas não foi bem recebido na localidade. Alguns dizem que isso foi contra o objetivo da coletividade que era o de saírem todos ao mesmo tempo. O trecho da entrevista resume, respectivamente, momentos de luta contra o projeto, o sentimento em relação à saída do presidente:

*Nós fomos uma vez para Itaituba, Santarém e Brasília pra manifestar contra, ia eu, o seu Francisco foi uma vez, a dona Maria sempre ia mais eu e o Zé que era o presidente da associação que dizia que era contra, mas quando chegou a hora ele caiu fora. (FRANCISCA, 2012, tem 50 anos, natural do Piauí, mora em São Raimundo Nonato desde 2008)*

Na visão dos agricultores ter a associação era uma forma de empoderamento e de negociar coletivamente. O fato da associação não estar funcionando traz o campo da negociação para a forma individualizada. Para retomar o sentido da resolução negociada, na negociação direta com as famílias, o embate de forças é muito desigual, os moradores por diversas razões estão em desvantagem; diante disso, faz sentido a afirmação “junto é muito mais fácil”.

Quando começa a desagregação do tecido social, ou seja, algumas famílias saem, e os prazos firmados entre agricultores e empresa não são cumpridos, ocorre uma passagem entre o período de euforia e expectativa positiva para a dúvida em relação às indenizações. A saída das pessoas que nas dificuldades se ajudam, principalmente vizinhos e familiares é fator de fundamental importância para entendermos o esfacelamento da mobilização dos agricultores nas localidades estudadas. Mesmo quem não participava das ações de enfrentamento perde o referencial de quem fez, ou melhor, as possibilidades de lutar coletivamente são reduzidas.

No Ramal dos Penas um agricultor, ao ser questionado sobre a saída de sua família, relata esta dolorosa experiência:

*Hoje nós temos aqui somente eu e o filho, meu pai com um irmão meu que morava com ele, e um sobrinho que mora com meu pai. Nós era*

*quatro irmão e uma irmã. Tudo morava aqui. Os lotes deles era aqui de frente. Meu cunhado morava aqui de frente, outro irmão meu era bem ali perto do véi meu pai. Era tudo aqui, a família reunida. Um socorria o outro (JOÃO, 2012, nasceu em Goiás, reside há 32 anos no Ramal dos Penas).*

Reconstroem-se os referenciais de justificação da permanência no local. A comparação entre antes e depois de iniciarem a obra está presente nos depoimentos, representados sobremaneira através do imbróglgio da negociação, as mudanças físicas do lugar, mudanças sociais – como a instalação de casa de prostituição - o trânsito de máquinas, as explosões. Os depoimentos destacam a situação de desconforto e ao mesmo tempo denunciam:

*Antes nós tinha uma vida...Toda vida tinha a vida boa, mas sempre sabendo que a gente tem aquela esperança de melhorar, de ter um futuro na vida. Igual eu já falei, tentando fazer um começo de vida para no tempo da velhice da gente ter uma reserva para conservar os dias de vida e também fazer pros filhos, deixar pros filhos. É isso que era nossa vida. Nós tinha uma vida de paz, trabalhosa, luta, andar de pé, distancia longe que nós não tinha estrada nem nada. Uma vida de paz, entendeu como é que é? Uma vida despreocupada. A preocupação nossa era o trabalho e no futuro assumir nossa responsabilidade. Então, nós não tinha essa dor de cabeça, com uma coisa e com outra igual nós tem hoje (JOÃO, 2012).*

A incerteza quanto ao pagamento das indenizações, principalmente devido ao descumprimento dos prazos é o sentimento que vigorava no tempo da expropriação. A divisão de trabalho das empresas que realizam a obra, o desencontro de informações e a angústia gerada pela incerteza dão o tom de embaraço com que as operações vão sendo feitas:

*Quando eles tornou vim de novo pra construção dela, aí é que foram fazer umas pesquisas pro canal, a começaram a dizer que só ia atingir uns três quilômetros pra cá e isso aqui ia ficar no centro do canal, depois já ia atingir quase dez quilômetros pra cá. Aí daqui já vai lá perto da faixa. Aí começou a mentira e de lá pra cá é só mentira até hoje [...] Quando a gente chega lá eles ficam mandando a gente pra um lado e outro (CARLOS, 2012, nascido em Bujarú, Pará, reside há 24 anos em São Raimundo Nonato).*

Essa conjuntura de transformação encontrada nas localidades em que os vínculos sociais e simbólicos do território são desarticulados corrobora o dito por Silva e Silva (2012), que apoiados no conceito desterritorialização<sup>12</sup>, sobretudo ocasionado

por grandes projetos de investimento destacam o caráter de “exclusões socioespaciais, onde o poder econômico, e também político, prevalece e se impõe sobre as demais forças existentes, criando novos territórios desprovidos de valores sociais e precários de elos, vínculos, de pertencimento”. Na situação de desmobilização encontrada no momento da pesquisa em São Raimundo Nonato e no Ramal dos Penas, as famílias estão largadas à própria sorte. A definição que explica com maior rigor é a que engloba sentimentos de incerteza e medo diante do furacão de mudanças que ocorrem nesses locais. Tentativas de mobilizar são rapidamente minadas diante das estratégias utilizadas pela empresa, algumas das quais já explicitadas anteriormente. Em tempos de democracia no país, na Volta Grande do Xingu muita coisa acontece sob a ditadura das empresas. As vozes que reclamam e que denunciam são sobrepujadas pelos ruídos da propaganda do desenvolvimento a qualquer preço. Conforme Herrera e Moreira (2013, p. 148) em seus estudos na área de influência de implantação da barragem de Belo Monte destacam o papel do Estado e sua relação com o Capital, onde o primeiro é o financiador, e o segundo, personificado nos empreendedores, atuam na execução de projetos “que aprofundam os problemas da desigualdade social e má distribuição de renda entre os sujeitos do território”.

### **Considerações Finais**

As tentativas de barrar o rio Xingu apresentam como características principais o autoritarismo e a exclusão das populações locais, características herdadas do período da ditadura militar, como o caráter de imposição dessas obras sob o pretexto de benefício nacional, porém sob o julgo de relações capitalistas de produção.

No caso dos barramentos no Xingu o ano de 1989 através do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, é o marco inicial do processo de resistência dos povos indígenas, aliados a Igreja Católica e outros atores. As famílias objeto deste estudo foram durante boa parte do debate para a implantação do projeto, representadas pelo movimento social, tendo como vanguarda o MDTX. No entanto, as conjunturas no país e na região são alteradas após o início do governo Lula, a luta contra a implantação da hidrelétrica que contava com extensa rede de atores sociais passa por mudanças. Esses atores e suas posições em relação ao projeto são flexíveis e se alteraram durante os anos,

sobretudo as entidades de representação camponesa, tanto é que houve uma cisão do movimento regional, onde as lideranças que se posicionavam contra o empreendimento saíram do MDTX e fundaram o Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

A contradição que existe na implantação desse empreendimento hidrelétrico, explicitada pela pouca e imprecisa informação que chegava às localidades, onde não se sabia qual área seria de fato alagada, quantas famílias iriam ser expropriadas, quais problemas sociais e ambientais poderiam ocorrer, corroboraram para que fossem politizadas demandas no sentido de agregar um número de famílias que se encontravam em situação semelhante. Sobretudo, através da busca de informações em reuniões, os contatos com especialistas da academia, com lideranças do movimento de resistência, com indígenas, com pessoas atingidas em outras barragens.

Passada essa fase inicial podem ser percebidas estratégias de mobilização em São Raimundo Nonato e no Ramal dos Penas. De fato, era um processo embrionário de resistência, porém de quem seria forçadamente retirado, ou seja, após cada avançar do processo de licenciamento e o início das obras, em que começaram as desapropriações, o tecido social se desestruturou e com o isso os referenciais de grupo passam por reformulações, há uma perda considerável da força política. O caráter irredutível com que a obra vai se desenhando faz com que haja cada vez menos a percepção de vitória através da paralização do projeto. Em síntese, após a percepção de que a hidrelétrica ia ser construída, usam da força política que lhes resta como estratégia para barganhar a garantia de direitos e minimizar os efeitos nocivos do processo de expropriação. A associação AGRIVOX representou um passo nesse sentido. Porém, como foi visto durante o processo esse ator coletivo se fragilizou em detrimento do esfacelamento social.

A percepção que pode ser aprendida após essa análise é a de que há um desequilíbrio de forças entre os que lutam e os que têm interesse em fazer o empreendimento. Enfatizada na medida em que o Estado contribui na reprodução do discurso hegemônico de que as populações locais são entraves ao desenvolvimento e, portanto, passíveis de serem removidas a qualquer custo. O conflito é apaziguado a partir das estratégias da negociação e da repressão, não dissociadas e que levam à despolarização. Porém, quando o conflito persiste entram em ação, ou melhor, são

retomadas táticas de criminalização de lideranças, uso de aparato policial, censura judicial, perseguição política, desapropriações à força, que limitam a expressão popular.

O caso de Belo Monte é relevante no sentido de que os debates sobre outros empreendimentos hidrelétricos continuam a eclodir na Amazônia. Porém, o que deveria ser uma profusão de discursos, na verdade, cada vez mais, é formado por vozes ignoradas diante do caráter autoritário que segue a tônica do apaziguamento dos conflitos, da irredutibilidade da obra e da naturalização da expropriação das pessoas sob o pretexto do progresso que sobrepuja vidas e amplia injustiças sociais.

---

## Notas

<sup>1</sup> Para segurança dos interlocutores todos os nomes citados neste trabalho são fictícios.

<sup>2</sup> Como é sabido os governos militares são caracterizados pelo autoritarismo e repressão da participação política da sociedade. “No Brasil, as construções da Transamazônica, da Ferrovia do Aço, do Sistema de Telecomunicações, da Usina Hidrelétrica de Itaipu, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, do Projeto Carajás, entre outros, foram iniciativas que estão neste contexto” (SANTOS; NACKE, 1991, p.46)

<sup>3</sup> O potencial hidrelétrico do país é cerca de 260 mil MW. Na bacia do Amazonas e mais especificamente a sub-bacia do Xingu encontram-se inventariados 12,7% desse total (ANEEL, 2012)

<sup>4</sup> Segundo Sevá Filho (2005) aproximadamente de 85 a 90 metros, deste desnível, ocorre entre a sede do município de Altamira e o final da Volta Grande. Justamente nessa parte do rio é que será utilizado na construção da hidrelétrica de Belo Monte.

<sup>5</sup> Durante o período em que foi Ministra das Minas e Energia, passando pelo cargo de Ministra da Casa Civil e depois no início do mandato como presidente da república, Dilma Rousseff tratou a questão dos investimentos energéticos como uma das prioridades, tanto é que a partir dos PAC 1 e PAC 2 são previstas a construção de hidrelétricas na Amazônia, inclusive Belo Monte.

<sup>6</sup> Na década de 1990 o sistema passou por modificação que “envolveu a privatização das companhias operadoras e teve início com a Lei no 9.427, de dezembro de 1996, que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e determinou que a exploração dos potenciais hidráulicos fosse concedida por meio de concorrência ou leilão, em que o maior valor oferecido pela outorga (Uso do Bem Público) determinaria o vencedor” (ANEEL, 2008, p. 18).

<sup>7</sup> Ao todo o Ministério Público Federal impetrou 14 ações judiciais, sendo 12 Ações Cíveis Públicas e 2 de Improbidade Administrativa, apontando os problemas do projeto de Belo Monte.

<sup>8</sup> O projeto foi reajustado para que seja feito um único canal de derivação que liga o reservatório de Pimental e o Reservatório Intermediário em substituição aos dois anunciados anteriormente (NESA, 2014).

<sup>9</sup> No RIMA (2009, p.13-16) é expressamente focado que não serão construídas outras hidrelétricas no Xingu, e não se fala na barragem de Altamira (Babaquara). Porém, especialistas (FEARNSIDE, 2009; SEVÁ FILHO, 2005) alertam para a necessidade da construção de usinas rio acima, sendo Altamira (Kararaô) a primeira tendo como função a regulação e acúmulo de água para atender as necessidades de AHE Belo Monte.

<sup>10</sup> “Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura”(TUAN, 1980, p. 04).

<sup>11</sup> “Experenciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento” (TUAN, 1983a, p. 10 apud PÁDUA, 2013, p. 83).

<sup>12</sup> Esses autores apoiam-se no seguinte entendimento deste processo: “Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial [...] Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de „exclusão“, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização” (HAESBAERT, 2007, p. 68).

### **Agradecimentos**

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de estudos. A todas as pessoas que mesmo em momentos de dificuldades aceitaram participar deste trabalho, nas localidades do Ramal dos Penas e São Raimundo Nonato.

### **Referências**

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. **Inserção econômica internacional e resolução negociada de conflitos ambientais na América Latina**. 2007. Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/HenriAcselradResolu%C3%A7%C3%A3onegociadadeconflitos.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília: Aneel, 2008. Disponível em: [http://www.aneel.gov.br/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=1689](http://www.aneel.gov.br/visualizar_texto.cfm?idtxt=1689). Acesso em: 20 jan. 2013.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Energia hidráulica**. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/energia\\_hidraulica/4\\_3.htm](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/energia_hidraulica/4_3.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BENINCÁ, D. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DOMINGOS, J. Moradores protestam na Transamazônica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,moradores-protestam-na-transamazonica,541032,0.htm>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

FEARNSIDE, P. M. As Hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 12, n. 2, p. 5-56, dez. 2009.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, M. et al. (Org.). **Território Territórios**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HÉBETTE, J. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.) **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 205 – 231.

HENCHEN, M. J. **Processo de ambientalização da ação pública no território Xingu**: as estratégias dos mediadores camponeses. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UFPA, Belém, 2012.

HERRERA, J.A.; MOREIRA, R.P. Resistência e conflitos sociais na Amazônia Paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 130-151, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19861/13076>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

ISA - INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Especial Belo Monte**: Cronologia histórica. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

ISA - INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Especial Belo Monte**: Características. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/carac.asp>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

KRAUTLER, E. Mensagem de abertura. In: SEVA FILHO, A. O., (Org); SWITKES, G. (Ed.). **Tenotã Mõ**: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 09-12.

MAGALHÃES, S. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UFPA, Belém, 2007.

MAGALHÃES, S. B.; HERNANDEZ, F. M. Ciência, cientistas, democracia desfigurada: o caso Belo Monte. In: III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens, 2010, Belém. Disponível em: <http://www.ecsbarragens.ufpa.br/site/cd/ARQUIVOS/GT1-108-151-20101118175227.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

MELO, A. Informes das lideranças em Altamira, Pará: O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. In: SEVA FILHO, A. O., (Org.); SWITKES,

G. (Ed.). **Tenotã Mõ**: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 55-57.

MOVIMENTO XINGU VIVO. **Populações atingidas por Belo Monte ocupam canteiro e fecham Transamazônica**. 2011a. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/10/27/indigenas-e-pescadores-ocupam-canteiro-de-obras-de-belo-monte/>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

MOVIMENTO XINGU VIVO. **Reintegração de posse, criminalização e ameaça de ação policial termina ocupação de Belo Monte**. 2011b. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/10/28/1633/>>. Acesso: 1 fev. 2012.

NESA - NORTE ENERGIA. **Alterações no arranjo definido nos estudos de viabilidade**. Disponível em: <[http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Belo%20Monte/Outros%20Documentos/Belo%20Monte%20%20Projeto%20B%e1sico%20de%20Engenharia/Arquivos%20PDF/Volume%20I%20%20Texto/Tomo%20I/Cap\\_05%20%20Alterae7%20f5es%20no%20Arranjo%20da%20Viabilidade.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Belo%20Monte/Outros%20Documentos/Belo%20Monte%20%20Projeto%20B%e1sico%20de%20Engenharia/Arquivos%20PDF/Volume%20I%20%20Texto/Tomo%20I/Cap_05%20%20Alterae7%20f5es%20no%20Arranjo%20da%20Viabilidade.pdf)>. Acesso em 12 ago. 2014.

PÁDUA, L.C.T. **A Geografia de Yi-Fu Tuan**: Essências e Persistências. 2013. 208f. Tese (Doutorado em Geografia Física) USPJ, São Paulo, 2013.

PONTES JÚNIOR, F.; BELTRÃO, J. F. Xingu, barragem e nações indígenas. In: SEVA FILHO, A. O., (Org.); SWITKES, G. (Ed.). **Tenotã-Mõ**: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 74-90.

RIMA – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte**. Disponível em: <[http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento\\_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/RIMA/](http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/RIMA/)>. Acesso em: 10 out. 2011.

SANTOS, S. C.; NACKE, A. A Eletronorte e os projetos hidrelétricos. In: HEBETTE, Jean. (Org.). **O cerco está se fechando**: o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Ed. Vozes/FASE/NAEA/UFP, 1991. p. 46-51.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SEVÁ FILHO, A. O. Povos indígenas, as cidades e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: SEVA FILHO, A. O., (Org.); SWITKES, G. (Ed.). **Tenotã Mõ**: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 29-54.

SILVA, R. G. S. ; SILVA, V. P. . Efeitos e processos de (des)territorialização na implantação da UHE de Aimorés (MG). **Caminhos de Geografia (UFU)**. Uberlândia, v. 13, n. 42, p. 104–115, jun. 2012. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16513/9551>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SOUZA, A. P. S. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) UFPA, Belém, 2006.

SWITKES, G.; SEVÁ FILHO, A. O. Tenotã-Mõ Resumo executivo. In: SEVA FILHO, A. O., (Org.); SWITKES, G. (Ed.). **Tenotã Mõ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 13-26.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Tradução Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

TUAN, Y.F. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá**. 2003. 191f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

ZAMBELLO, Vicente (Org.). **Dema: uma vida doada**. Memórias de Ademir Alfeu Federicci. Altamira: Gráfica Tapajós, 2009.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente e Sociedade**. Campinas: v. 10, n. 2, p. 119-135, jul.-dez. 2007.

Recebido em 05/09/2014. Aceito para publicação em 28/01/2015.
--